



**DECISÃO DE RECURSO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.010/2026**

Processo de Recurso n.º 19.243/2026, Processo Licitatório n.º 39.759/2025, referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.010/2026, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA** – itens faltantes do PA n.º 23.400/2024, para atender as necessidades da Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **LENA SERVIÇO E DISTRIBUIDORA LTDA ME**, em face da decisão que classificou a empresa **RCB SOLUCOES.COM COMERCIO E SERVICOS LTDA ME** como vencedora dos itens 12 e 13 no âmbito do Pregão Eletrônico n.º 90.010/2026, Processo Administrativo n.º 39.759/2025.

**I) DOS FATOS**

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **LENA SERVIÇO E DISTRIBUIDORA LTDA ME**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa **RCB SOLUCOES.COM COMERCIO E SERVICOS LTDA ME**, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

**II) DO RECURSO**

Encerrada a fase de julgamento das propostas, foi oportunizada a manifestação de intenção de recurso, a qual foi registrada pela Recorrente e, posteriormente, formalizada dentro do prazo legal, nos termos do art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.

A Recorrente, em suas razões, pugna pela desclassificação da proposta da empresa vencedora, alegando, em síntese:

a) **Descumprimento de especificação técnica mínima relativa ao objeto licitado**, tendo em vista que o edital exige pano multiuso picotado – bobina, com dimensão mínima de 30 cm x 300 m, enquanto o produto ofertado pela Recorrida possuiria dimensão de 28 cm x 300 m;

b) Que a divergência apontada decorre de informação técnica constante no próprio catálogo do fabricante apresentado pela empresa vencedora, caracterizando, segundo a Recorrente, descumprimento objetivo de requisito técnico essencial;



c) Violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, sustentando que a Administração não pode admitir proposta em desacordo com especificação mínima prevista no edital;

d) Que outras empresas participantes também teriam ofertado produtos da marca Vabene com dimensão supostamente incompatível com o exigido no Termo de Referência;

e) Violação aos princípios da isonomia e do julgamento objetivo, requerendo a análise uniforme das propostas classificadas e eventual desclassificação das empresas cujos produtos não atendam integralmente às exigências editalícias.

### III) DAS CONTRARRAZÕES

Devidamente intimada, a empresa recorrida não apresentou contrarrazões.

### IV) DA ANÁLISE TÉCNICA

Em atendimento ao princípio do julgamento objetivo e considerando a natureza técnica das alegações apresentadas no recurso, os autos foram submetidos à análise da área técnica competente, a qual se manifestou de forma fundamentada acerca dos pontos controvertidos.

Conforme manifestação constante nos autos, o Almoxarifado do Hospital Municipal Raul Sertã informou inicialmente que o catálogo do pano multiuso havia sido aprovado para atendimento da unidade.

Posteriormente, ao analisar o recurso administrativo interposto, foi esclarecido que o item efetivamente solicitado no Termo de Referência corresponde ao pano multiuso picotado em bobina com especificação mínima de 30 cm x 300 m, equivalente a aproximadamente 600 panos de 30 cm x 50 cm.

Na sequência, a Gestão de Processos da Secretaria Municipal de Saúde apontou que o produto ofertado pela empresa possui dimensão de 28 cm x 50 cm, divergindo da especificação mínima prevista no descritivo original do processo, o qual exigia "PANO MULTIUSO PICOTADO - BOBINA, COM NO MÍNIMO, 30 CM X 300M (TIPO PERFEX)".

Dessa forma, a própria área técnica reconheceu a existência de desconformidade entre o item aprovado e o descritivo constante no Termo de Referência, sendo solicitado esclarecimento formal acerca do fundamento utilizado para aprovação do catálogo ou eventual reconhecimento de equívoco na análise técnica realizada.

Em síntese, verifica-se que o produto ofertado não atende integralmente à largura mínima exigida no edital, razão pela qual a divergência não se restringe a mero formalismo documental, mas alcança requisito técnico objetivo previsto no instrumento convocatório.



## V) DA ANÁLISE DA PREGOEIRA

Após análise do Recurso Administrativo nº 19.243/2026, dos documentos constantes nos autos, do catálogo apresentado pela empresa e das manifestações técnicas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde, verifica-se que o item ofertado pela recorrida não atende integralmente às especificações mínimas estabelecidas no Termo de Referência.

O descritivo do item previsto no edital estabelece expressamente:

“PANO MULTIUSO PICOTADO – BOBINA, COM NO MÍNIMO, 30 CM X 300M (TIPO PERFEX)”.

Contudo, conforme catálogo apresentado pela empresa, o produto ofertado possui dimensão de 28 cm x 300 m, sendo, portanto, inferior à largura mínima exigida pela Administração.

Verifica-se, ainda, que embora tenha ocorrido aprovação inicial do catálogo pelo setor requisitante, posteriormente a própria Secretaria Municipal de Saúde reconheceu formalmente a divergência existente entre o item aprovado e o descritivo originalmente solicitado, destacando que o produto apresentado encontra-se em desconformidade com as especificações constantes no Termo de Referência.

Importa destacar que a divergência identificada não se limita a aspecto meramente formal ou sanável, mas alcança requisito técnico objetivo expressamente previsto no instrumento convocatório. A flexibilização da exigência, sem justificativa técnica formal demonstrando ausência de prejuízo à Administração, afrontaria os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e do julgamento objetivo, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ademais, a aceitação de produto com especificação inferior à exigida poderia acarretar tratamento desigual entre os licitantes, especialmente em relação àqueles que formularam suas propostas observando integralmente as condições estabelecidas no edital.

Dessa forma, considerando a desconformidade técnica identificada, bem como a ausência de manifestação técnica conclusiva que justifique a aceitação do produto com medida inferior à mínima exigida, esta Pregoeira entende pelo provimento do recurso administrativo, com a consequente desclassificação da proposta da empresa recorrida para o referido item, por descumprimento das especificações técnicas previstas no Termo de Referência.

## VI) DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Considerando todo o exposto nos autos do presente processo, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiada pela manifestação da secretaria requisitante, sem nada mais a



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A



S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

*Comissão Permanente de Pregão III*

evocar, **CONHEÇO** do Recurso interposto por **LENA SERVIÇO E DISTRIBUIDORA LTDA ME** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.010/2026, e, no mérito, **DOU PROVIMENTO**, alterando a decisão de habilitação anteriormente proferida em relação à empresa **RCB SOLUCOES.COM COMERCIO E SERVICOS LTDA ME**.

Informo que será agendada no sistema Compras.gov.br a volta de fase e convocação da próxima colocada à negociação de preços do item 12 do certame.

Por fim, esta decisão será publicada na íntegra em [www.pmnf.rj.gov.br/licitacao](http://www.pmnf.rj.gov.br/licitacao) e seu extrato em [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

Nova Friburgo, 26 de maio de 2026.

**Fernanda Medeiros Rodrigues**

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula nº 468.036